

Relatório Anual 2010



FUNBEP

Este Relatório Anual também
está disponível no site da entidade:
www.funbep.com.br

- 3** Mensagem do diretor presidente
- 4** Um sistema mais estável e pronto para progredir
- 5** O Funbep em 2010
- 8** Quem somos
- 10** Órgãos de Administração

Encarte

Balanço Patrimonial
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
Demonstração do Ativo Líquido
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
Demonstração das Obrigações Atuariais
Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis
Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestação do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos



O Relatório Anual do Funbep   impresso em papel certificado pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), organiza o não governamental independente que difunde o bom manejo das florestas em todo o mundo. Seus princípios e critérios conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econ mica.

É sempre com satisfação que preparamos o Relatório Anual. Trata-se de uma ótima oportunidade para trazer até você os números institucionais, balanços contábeis, econômicos e financeiros e analisar processos e atividades da entidade. É também muito importante compartilhar os resultados dos trabalhos que são conduzidos pelos profissionais do Funbep e do Itaú Unibanco que, com seu apoio e conhecimento, nos ajudam a aprimorar continuamente nossos controles e procedimentos.

Por meio de um plano de previdência complementar, é esperado um relacionamento duradouro entre participante e entidade que passa por vários estágios de amadurecimento. Do participante ativo ao assistido, incluindo nesse caminho os autopatrocinados e os optantes pelo BPD, são percorridas décadas e diferentes níveis de relação com a entidade. Da acumulação ao gozo do benefício, nossos participantes mudam totalmente – passam de filhos

a pais e avós, de colaboradores a aposentados, de jovens a adultos mais experientes e vividos.

Ao longo desse percurso, cabe ao Funbep mudar também. Sempre com o objetivo de pesquisar, conhecer e utilizar as melhores práticas em gestão de processos, controle de riscos, comunicação, atendimento, métodos de análise, avaliação de satisfação, adequação de procedimentos e aperfeiçoamento das equipes.

A melhoria contínua faz parte do dia-a-dia do Funbep. Com a integração das entidades fechadas de previdência complementar do Itaú Unibanco, a sinergia vem trazendo resultados ainda mais satisfatórios a partir da troca de perspectivas e experiências em nossos grupos de trabalho. Agregamos, assim, mais qualidade e produtividade à gestão das fundações. Nossa meta, portanto, é seguir ao seu lado não como fomos ontem, nem como somos hoje, mas melhores a cada ano.

Sergio Fajerman

Diretor Presidente do Funbep

Um sistema mais estável e pronto para progredir

O cenário positivo da economia brasileira e, sobretudo, a estabilidade nas normas e leis que regem o segmento de previdência complementar fechada têm impulsionado seu crescimento.

Conforme levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil possui o oitavo maior sistema de previdência complementar do mundo, em termos de patrimônio administrado. O modelo brasileiro tem se mostrado um bom exemplo para outros países no que diz respeito à segurança, transparência e proteção dos participantes.

Para fortalecer o sistema, o governo criou, em 23 de dezembro de 2009, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O ano de 2010 foi, então, o primeiro deste órgão ligado ao Ministério da Previdência Social, mas com autonomia administrativa e financeira para fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar que atuam no país.

Juntos, os 369 fundos de pensão existentes no Brasil administram um patrimônio superior a R\$ 512 bilhões. Dados da Previc, divulgados em dezembro de 2010, indicam a existência de 1.068 planos, distribuídos em três modalidades (Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável), que congregam 2,742 milhões de participantes e assistidos.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de setembro de 2009, permite que as

entidades invistam em seis macrosssegmentos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. De acordo com o balanço da Previc, há ainda uma forte concentração (59%) no segmento de renda fixa, seja em títulos públicos ou papéis privados. Os analistas indicam, porém, que frente a um cenário de queda nas taxas de juros, as entidades deverão, gradualmente, deixar o conforto da renda fixa em busca de investimentos mais rentáveis a fim de cumprir suas metas atuariais (confira quadro). O controle dos riscos, no entanto, é premissa básica na gestão dos investimentos dos fundos que não podem submeter o patrimônio de seus participantes a oscilações muito intensas.

Para aprimorar a segurança das entidades, a Previc tem enfatizado a implantação da metodologia da Supervisão Baseada em Riscos, desenvolvida em parceria com consultores do Banco Mundial. O princípio é atuar menos na punição e mais na orientação para o uso de processos com eficiência e segurança comprovadas. O órgão vem também difundindo os conceitos de educação financeira e previdenciária, estimulando as entidades a orientar seus participantes a fim de que façam escolhas que agreguem benefícios durante sua vida laboral e na aposentadoria.

Rentabilidade dos fundos de pensão, de 2004 a setembro de 2010 (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Set/2010	Acumulado
Rentabilidade nominal	20,05	17,85	23,6	21,31	-1,27	21,48	7,55	173,63
TMA*	12,5	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	8,43	105,52
Rentabilidade acima da TMA	6,71	5,84	13,42	8,83	-14,29	10,08	-0,81	30,47
Ibovespa	17,81	27,71	32,93	43,65	-41,22	70,43	1,23	191,35
DI / Selic	17,75	18	13,25	11,18	13,66	9,84	6,97	133,64

* Taxa Mínima Atuarial da maioria dos planos BD: INPC + 6% ao ano

Fonte: Diace/Previc

O Funbep em 2010

No último ano, o Funbep contabilizou avanços em várias frentes, além de consolidar processos e atividades que já vêm sendo realizados nos últimos anos. A seguir, estão os principais destaques de 2010 que foram norteados por premissas de governança corporativa, transparência, eficiência, segurança e pela busca do melhor relacionamento com os participantes.

Aposentados homenageados

O Funbep homenageou todos os seus aposentados em evento que comemorou, no Rio de Janeiro, o Dia do Aposentado – 24 de janeiro. Organizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) e pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp), a cerimônia reuniu representantes indicados por entidades de todo o país. Sueli Bayer recebeu a homenagem em nome dos aposentados do Funbep.

Encontros com associações e conselheiros eleitos

Em parceria com as demais fundações ligadas ao Itaú Unibanco, o Funbep recebeu conselheiros eleitos e representantes das associações de seus aposentados – AFAB, AFA, AFABEG, AFACI, AJUBEMGE, ANAB e APATREVO – para dois encontros em São Paulo (SP). Além de estreitar o relacionamento com as entidades, os convidados tiveram a oportunidade de assistir a duas palestras: em maio, com Carlos Alberto de Paula, diretor de Análise

Técnica da Previc, sobre “Aspectos institucionais e desafios da previdência complementar fechada”; e, em novembro, com o advogado Fábio Junqueira, sobre “A necessidade de constituição de reserva matemática em processos judiciais”.

Educação financeira e previdenciária

Em linha com as diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), as entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco promovem diversas ações que visam fazer com que os participantes compreendam a importância de cuidar de suas finanças e programar sua aposentadoria. Essas iniciativas envolvem a publicação de informativo bimestral, sites, serviços de atendimento telefônico, encontros semestrais com as associações de aposentados e conselheiros eleitos para disseminação de conteúdos previdenciários e Semana da Previdência para os ativos.

Encontro com associações e conselheiros eleitos





Evento dos assistidos em Curitiba

Evento dos assistidos

Cerca de 3.600 pessoas (assistidos, pensionistas e seus convidados) participaram de mais uma edição do evento dos assistidos, promovido pelas entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco.

O pré-convite foi acompanhado de dicas de educação financeira, em linha com o tema da festa - "Sonhando com os pés no chão" - que chamou a atenção para os cuidados na gestão das finanças. Um show do cantor Jair Rodrigues animou os convidados nas cinco capitais onde o evento foi realizado, nos meses de setembro e outubro: Recife (PE), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Curitiba (PR).

Reuniões dos Conselhos

Nos meses de março, maio, setembro e dezembro, os membros do Conselho Deliberativo fizeram suas quatro reuniões ordinárias anuais. No Conselho Fiscal, as reuniões foram realizadas em março e agosto. Nesses encontros, os conselheiros analisaram os principais assuntos ligados à gestão da entidade, bem como seus balanços contábeis. Em 2010, houve modificações na formação dos Conselhos (sua composição em dezembro de 2010 está na página 10).

Certificação dos dirigentes

Os quatro diretores do Funbep – Sergio Fajerman, Reginaldo José Camilo, Arnaldo Cesar Serighelli e Lucimary Bondi Sartori - receberam certificação por experiência do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). Gabriel Amado de Moura, diretor de Investimentos das fundações, já havia sido certificado como administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), responsável formal pelos investimentos da entidade. A certificação dos dirigentes é uma exigência do Conselho Monetário Nacional (CMN) para garantir a qualidade da gestão dos recursos dos fundos de pensão. O prazo legal para esse processo vai até 31 de dezembro de 2014.



Participantes bem informados

Os participantes do Funbep são continuamente atualizados a respeito das atividades e projetos desenvolvidos pela entidade. Isso se dá das mais diversas formas - por meio de cartas, informativo bimestral,

comunicados e contatos telefônicos, entre outros. O informativo "Com você" trata de temas relativos à previdência e aborda assuntos de interesse sobre o sistema previdenciário. Enquanto isso, o site é utilizado para apresentar informações relativas aos planos e à entidade, institucionalmente.



Congresso da Abrapp

Auditoria de benefícios

Em abril, o Funbep contratou uma consultoria especializada para realização de auditoria em seus benefícios. Foi analisada a correção dos procedimentos adotados e dos valores pagos, visando à segurança do patrimônio da entidade. Ao final do processo, um relatório resumido foi disponibilizado para todos os participantes no site da entidade.

Em conformidade com a ISO

Em dezembro, o Funbep obteve a recertificação de conformidade com a norma ISO 9001:2008, recebida pela primeira vez em 2007. As normas ISO definem padrões internacionais que comprovam boas práticas de gestão da qualidade em diversos segmentos. Sua conquista atesta a excelência dos processos realizados pela entidade.

Congresso da Abrapp

Conselheiros, diretores e gerentes das fundações de previdência do Itaú Unibanco estiveram no 31º Congresso Brasileiro dos

Fundos de Pensão, em Recife (PE), de 17 a 19 de novembro.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), uma das organizadoras do evento, elegeu o tema “Prosperidade e Desafios” para estimular os congressistas a debater o cenário econômico favorável e o crescimento do sistema. Com público recorde, o evento atraiu 3.200 pessoas para atividades que incluíram palestras, plenárias e painéis.

Escolhas mais consciente

Em São Paulo, os colaboradores do Centro Tecnológico, CA Raposo, CA Tatuapé e Centro Empresarial foram convidados a participar da Semana da Previdência, em novembro. Com patrocínio das entidades fechadas de previdência complementar do Itaú Unibanco e da Área de Seguros, Previdência e Capitalização do banco, a iniciativa contou com a presença de consultores especializados para esclarecer dúvidas relativas a questões previdenciárias. Além das ações nos principais polos, todos os colaboradores receberam e-mail marketing e folhetos com o resumo das informações sobre os planos.

Semana da Previdência



Quem somos

Participantes Ativos

base: outubro 2010

Participantes Assistidos

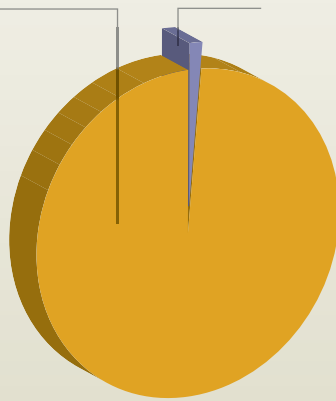
base: outubro 2010

Total de Participantes

1.979 *

1.953
Funbep I

26
Funbep II

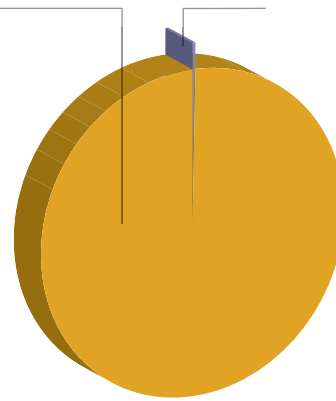


* Inclui participantes ativos, autopatrocinados, benefício proporcional diferido e em fase de opção

5.002 **

5.001
Funbep I

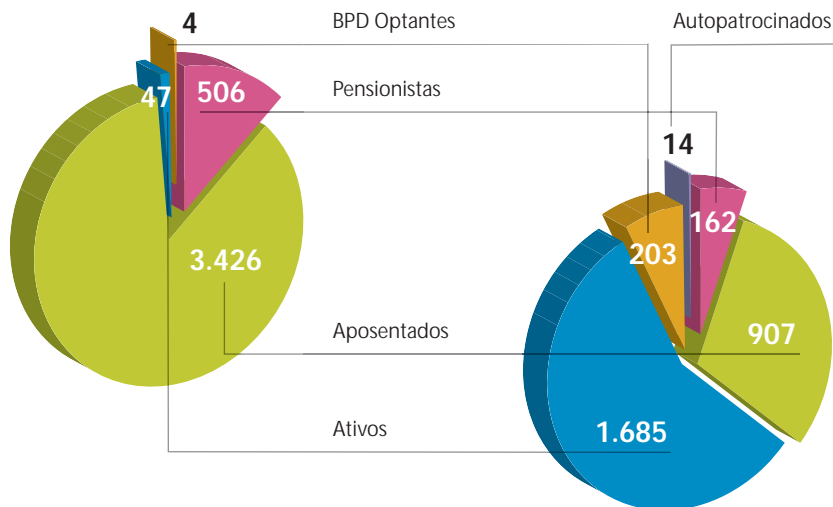
1
Funbep II



** inclui assistidos, pensionistas, BPD renda

Participantes Constituintes e Não constituintes ***

Constituintes



** O total de assistidos contém uma aposentada do plano Funbep 2.

*** Apenas o Plano Funbep I possui a classificação Constituintes e Não constituintes.

Não constituintes

Participantes Ativos

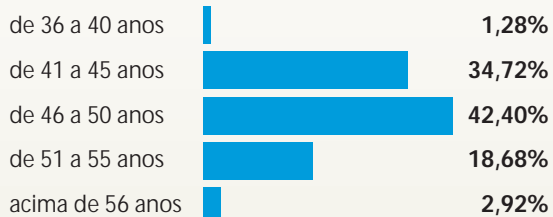
base: outubro 2010

Participantes Assistidos

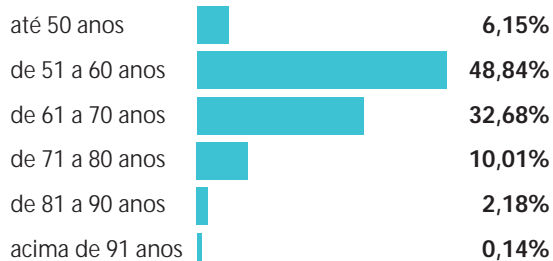
base: outubro 2010

Faixas Etárias

Funbep I - Idade média: 47 anos



Idade média: 60 anos



Funbep II - Idade média: 42 anos



Presença nos Estados

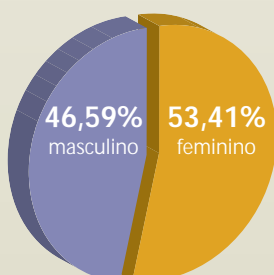
	Funbep I	Funbep II
Paraná	93,44%	100%
São Paulo	3,12%	
Santa Catarina	1,48%	
Rio Grande do Sul	0,62%	
Distrito Federal	0,36%	
Rio de Janeiro	0,31%	
Minas Gerais	0,31%	
Outros	0,36%	

Tipo de benefício

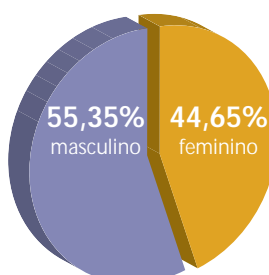
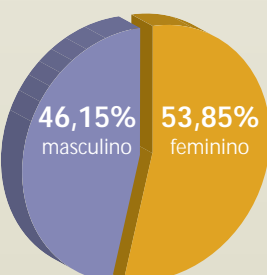
Paraná	89,01%	Tempo de serviço	64,10%
São Paulo	5,35%	Invalidez	9,94%
Santa Catarina	2,54%	Idade	1,78%
Rio Grande do Sul	0,78%	Pensão	13,15%
Rio de Janeiro	0,72%	Antecipada	0,18%
Mato Grosso do Sul	0,36%	Especial	0,04%
Minas Gerais	0,34%	Renda BPD (Vesting)	10,81%
Outros	0,90%	Média de tempo de benefício	12 anos

Sexo

Funbep I



Funbep II



Órgãos de **Administração**

Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Oswaldo do Nascimento	Caio Ibrahim David
Conselheiros indicados	Demosthenes Madureira de Pinho Neto Marco Antonio Antunes João Jacó Hazarabedian	Ricardo Terenzi Neuenschwander Maurício Ferreira de Souza Sergio Souza Fernandes Junior
Conselheiros eleitos	José Altair Monteiro Sampaio Ruy Fernando Metzger	Ana Maria Fideli Marques Fernando Prezutti

Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Presidente	Plínio Cardoso da Costa Patrão	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiros indicados	Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone Guilherme Augusto M. F. de T. Barros Geraldo Luis Miguel Martins	Selma Negro Capeto Alberto Lacava Ricardo Leme Spinola de Mello
Conselheiros eleitos	Edilson José Gabriel Marçal Ussui Sobrinho	Darci Borges Saldanha Ellen Hass de Oliveira Pedroza

Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Lucimary Bondi Sartori Reginaldo José Camilo



FUNBEP

Rua Marechal Deodoro, 869, 17º andar
Centro – CEP 80060-010
Curitiba – PR

www.funbep.com.br



Relatório Anual 2010

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 8** Demonstrac o das Obriga es Atuariais
- 9** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
- 21** Parecer Atuarial
- 27** Parecer dos Auditores Independentes
- 29** Parecer do Conselho Fiscal
- 30** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 31** Informe Resumo dos Investimentos
- 34** Resumo da Política de Investimentos



FUNBEP

Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2010	31/12/2009	Passivo	31/12/2010	31/12/2009
Disponível	64	44	Exigível Operacional (Nota 9)	8.677	6.206
Realizável	3.271.777	2.746.637	Gestão Previdencial	7.691	5.530
Gestão Previdencial (Nota 5)	4.758	5.176	Gestão Administrativa	897	589
Gestão Administrativa	23.414	22.307	Investimentos	89	87
Investimentos	3.243.605	2.719.154	Exigível Contingencial (Nota 10)	68.290	63.561
Títulos Públicos (Nota 6)	2.140.766	1.011.070	Gestão Previdencial	68.287	63.465
Créditos Privados e Depósitos (Nota 6)	339.139	97.323	Investimentos	3	96
Ações (Nota 6)	256.973	243.183	Patrimônio Social	3.194.892	2.676.939
Fundos de Investimento (Nota 6)	381.784	1.278.540	Patrimônio de Cobertura do Plano	3.190.141	2.670.220
Derivativos (Nota 6)	6.674	-	Provisões Matemáticas (Nota 11)	3.163.223	2.628.091
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	104.575	73.081	Benefícios Concedidos	2.790.394	2.335.055
Empréstimos	13.694	15.957	Benefícios a Conceder	372.829	293.036
Permanente (Nota 8)	18	25	Equilíbrio Técnico (Nota 12)	26.918	42.129
Imobilizado	18	25	Resultados Realizados	26.918	42.129
			Superávit Técnico Acumulado	26.918	42.129
			Fundos (Nota 13)	4.751	6.719
			Fundos Previdenciais	1.607	1.456
			Fundos Administrativos	3.122	5.244
			Fundos dos Investimentos	22	19
Total do Ativo	3.271.859	2.746.706	Total do Passivo	3.271.859	2.746.706

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2010
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	2.671.676
1. Adi�es	748.871
(+) Contribui�es Previdenciais	41.097
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	701.852
(+) Receitas Administrativas	3.023
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	777
(+) Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	2.122
2. Destina�es	(228.799)
(-) Benefícios	(212.284)
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(10.593)
(-) Despesas Administrativas	(5.922)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	520.072
(+ / -) Provisões Matemáticas	535.132
(+ / -) Fundos Previdenciais	151
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(15.211)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	3.191.748
C) Fundos Não Previdenciais	3.144
(+ / -) Fundos Administrativos	3.122
(+ / -) Fundos dos Investimentos	22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

em milhares de Reais

31/12/2010

Descri�o	FUNBEP I	FUNBEP II	Total
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	2.669.140	2.536	2.671.676
1. Adi�es	742.617	340	742.957
(+) Contribui�es	40.996	109	41.105
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	701.621	231	701.852
2. Destina�es	(222.817)	(68)	(222.885)
(-) Benefícios	(212.224)	(60)	(212.284)
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(10.593)	-	(10.593)
(-) Custeio Administrativo	-	(8)	(8)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	519.800	272	520.072
(+ / -) Provisões Matemáticas	535.011	121	535.132
(+ / -) Fundos Previdenciais	-	151	151
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(15.211)	-	(15.211)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	3.188.940	2.808	3.191.748
C) Fundos Não Previdenciais	3.101	43	3.144
(+ / -) Fundos Administrativos	3.079	43	3.122
(+ / -) Fundos dos Investimentos	22	-	22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido

em milhares de Reais

			31/12/2010	31/12/2009
Descrição	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
1. Ativos	3.269.006	2.853	3.271.859	2.746.706
Disponível	60	4	64	44
Recebível	28.172	-	28.172	27.483
Investimentos	3.240.756	2.849	3.243.605	2.719.154
Títulos Públicos	2.140.766	-	2.140.766	1.011.070
Créditos Privados e Depósitos	339.139	-	339.139	97.323
Ações	256.973	-	256.973	243.183
Fundos de Investimento	378.935	2.849	381.784	1.278.540
Derivativos	6.674	-	6.674	-
Investimentos Imobiliários	104.575	-	104.575	73.081
Empréstimos	13.694	-	13.694	15.957
Permanente	18	-	18	25
2. Obrigações	76.965	2	76.967	69.767
Operacional	8.675	2	8.677	6.206
Contingencial	68.290	-	68.290	63.561
3. Fundos Não Previdenciais	3.101	43	3.144	5.263
Fundos Administrativos	3.079	43	3.122	5.244
Fundos dos Investimentos	22	-	22	19
4. Resultados a Realizar	-	-	-	-
5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3 - 4)	3.188.940	2.808	3.191.748	2.671.676
Provisões Matemáticas	3.162.022	1.201	3.163.223	2.628.091
Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	26.918	-	26.918	42.129
Fundos Previdenciais	-	1.607	1.607	1.456

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.244
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.799
1.1. Receitas	3.799
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.689
Resultado Positivo dos Investimentos	777
Outras Receitas	326
2. Despesas Administrativas	(5.921)
2.1. Administração Previdencial	(3.232)
Pessoal e Encargos	(890)
Treinamento/Congressos e Seminários	(19)
Viagens e Estadias	(107)
Serviços de Terceiros	(1.123)
Despesas Gerais	(1.082)
Depreciações e Amortizações	(8)
Outras Despesas	(3)
2.2. Administração dos Investimentos	(2.689)
Serviços de Terceiros	(2.522)
Despesas Gerais	(154)
Outras Despesas	(13)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	(2.122)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(2.122)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	3.122

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

31/12/2010

Descrição	FUNBEP I	FUNBEP II	Total
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.208	36	5.244
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.777	22	3.799
1.1. Receitas	3.777	22	3.799
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	7	7
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.677	12	2.689
Resultado Positivo dos Investimentos	774	3	777
Outras Receitas	326	-	326
2. Despesas Administrativas	(5.905)	(16)	(5.921)
2.1. Administração Previdencial	(3.229)	(3)	(3.232)
Pessoal e Encargos	(890)	-	(890)
Treinamento/Congressos e Seminários	(19)	-	(19)
Viagens e Estadias	(107)	-	(107)
Serviços de Terceiros	(1.120)	(3)	(1.123)
Despesas Gerais	(1.082)	-	(1.082)
Depreciações e Amortizações	(8)	-	(8)
Outras Despesas	(3)	-	(3)
2.2. Administração dos Investimentos	(2.676)	(13)	(2.689)
Serviços de Terceiros	(2.522)	-	(2.522)
Despesas Gerais	(154)	-	(154)
Outras Despesas	-	(13)	(13)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	(2.128)	6	(2.122)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(2.128)	6	(2.122)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	3.080	42	3.122

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Obrigações Atuariais

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010		31/12/2009	
	FUNBEP I	FUNBEP II	FUNBEP I	FUNBEP II
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	3.188.941	1.201	2.669.141	1.079
1. Provisões Matemáticas	3.162.023	1.201	2.627.012	1.079
1.1 Benefícios Concedidos	2.790.346	49	2.335.055	-
Benefício Definido	2.790.346	49	2.335.055	-
1.2 Benefícios a Conceder	371.677	1.152	291.957	1.079
Contribuição Definida	-	1.082	-	1.046
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) /Instituidor(es)	-	541	-	523
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	541	-	523
Benefício Definido	371.677	70	291.957	33
2. Equilíbrio Técnico	26.918	-	42.129	-
2.1 Resultados Realizados	26.918	-	42.129	-
Superávit Técnico Acumulado	26.918	-	42.129	-
Reserva de Contingência	26.918	-	42.129	-

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
	Total	Total
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	3.190.142	2.670.220
1. Provisões Matemáticas	3.163.224	2.628.091
1.1. Benefícios Concedidos	2.790.395	2.335.055
Benefício Definido	2.790.395	2.335.055
1.2. Benefícios a Conceder	372.829	293.036
Contribuição Definida	1.082	1.046
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) /Instituidor(es)	541	523
Saldo de Contas - Parcela Participantes	541	523
Benefício Definido	371.747	291.990
2. Equilíbrio Técnico	26.918	42.129
2.1. Resultados Realizados	26.918	42.129
Superávit Técnico Acumulado	26.918	42.129
Reserva de Contingência	26.918	42.129

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade"), instituído pelo Banco do Estado do Paraná S.A. (atualmente denominado Banco Banestado S/A), autorizado a funcionar como fundo multipatrocinado pela Portaria nº 474, de 13 de julho de 1998, do Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar (MPAS-SPC) tem por finalidade, através dos Planos FUNBEP I (Benefício Definido) e do Plano FUNBEP II (Contribuição Variável), assegurar aos seus participantes a complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária.

Os planos estão fechados ao ingresso de novos participantes.

As patrocinadoras decidiram oferecer aos funcionários admitidos a partir de 01 de agosto de 2002, plano na modalidade de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2009 apresenta a seguinte posição:

PLANO	Ativos (1)				Assistidos (2)				Total			
	2010		2009		2010		2009		2010		2009	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
Funbep I	1.953	3.630	1.996	3.618	5.001	4.470	4.972	4.693	6.954	8.100	6.968	8.311
Funbep II	26	-	30	55	1	-	-	-	27	-	30	55
Total	1.979	3.630	2.026	3.673	5.002	4.470	4.972	4.693	6.981	8.100	6.998	8.366

(1) Inclui participantes Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD

(2) Inclui Pensionistas

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009; Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2009 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- Gestão Previdencial – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.
- Gestão Administrativa – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas e outros eventos administrativos.
- Investimentos – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimentos e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação: quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento: quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2010, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

III. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são atualizados pelo Índice IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, acrescido de juros de 12% a.a..

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamentos e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

É registrado o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- o registro da provisão no Passivo dos planos é registrado em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- o depósito judicial é registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº. 2009-70.00.024981-0 (Nota 10).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas por taxa administrativa efetuada pela Patrocinadora e utilização do Fundo Administrativo, nas situações em que a taxa seja insuficiente, e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009
em milhares de Reais

NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2010	2009	
Plano Funbep I			
Gestão Previdencial	4.758	5.176	(1) Referem-se a interrupção temporária de aposentadorias decorrentes de suspensão do benefício concedido.
Contribuições	4.032	4.452	
Autofinanciados	8	26	
Benefícios Suspensos (1)	4.024	4.426	(2) Referem-se a Depósito Judicial referente ao auto de infração que discute a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Em Novembro/2009 a entidade se beneficiou com a anistia, conforme Lei nº 11.941/09. Após a desistência da ação, aguarda-se seu deferimento para posterior levantamento e conversão em renda do referido depósito.
Outros Realizáveis	726	724	
Gestão Administrativa	23.414	22.307	
Despesas Antecipadas	2	7	
Valores a Receber	4	10	
Depósitos Judiciais (2)	23.408	22.290	
Total	28.172	27.483	

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição dos Investimentos

Descrição	2010			2009
	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
Investimentos				
Títulos Públicos	2.140.766	-	2.140.766	1.011.070
Créditos Privados e Depósitos	339.139	-	339.139	97.323
Ações	256.973	-	256.973	243.183
Fundos de Investimentos	378.935	2.849	381.784	1.278.540
Derivativos	6.674	-	6.674	-
Investimentos Imobiliários	104.575	-	104.575	73.081
Empréstimos	13.694	-	13.694	15.957
Total	3.240.756	2.849	3.243.605	2.719.154

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e valores mobiliários são custodiados no SELIC, na CETIP, na CBLC e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários já ajustados aos respectivos valores de mercado.

FUNBEP I	Valor de Mercado (1)				
	Vencimento			Total	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009
Títulos Públicos	-	832	2.139.933	2.140.766	1.011.054
Notas do Tesouro Nacional	-	832	2.139.933	2.140.766	1.011.054
Créditos Privados e Depósitos	-	337.864	1.275	339.139	97.323
Certificado de Depósito Bancário	-	337.615	-	337.615	97.311
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.275	1.275	-
Debêntures (2)	-	249	-	249	12
Fundo de Investimento	156.805	218.878	3.252	378.935	1.274.241
Fundo de Investimento - Exclusivo	-	218.878	3.252	222.130	1.119.565
Certificado de Depósito Bancário	-	388	-	388	204.923
Certificado de Recebíveis Imobiliário	-	2.145	-	2.145	1.238
Debêntures	-	126.060	3.252	129.312	151.567
Fundo de Investimento	-	-	-	-	2.285
Letras Financeiras do Tesouro	-	13.889	-	13.889	20.771
Letras do Tesouro Nacional	-	73.932	-	73.932	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.464	-	2.464	738.781
Fundo de Investimento em ações	156.805	-	-	156.805	154.676
Títulos de Renda Variável	256.973	-	-	256.973	243.183
Ações (3)	256.973	-	-	256.973	243.183
Derivativo	-	1.499	5.175	6.674	-
Swap (4)	-	1.499	5.175	6.674	-
Total	413.778	559.074	2.149.635	3.122.487	2.625.801

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação em 30 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

(2) Debêntures simples da Vale do Rio Doce com vencimento em 2020.

(3) R\$ 144.817 refere-se a venda de ações a receber em jan/2011.

(4) Contrato de troca de índices CDI / IGPM com vencimento em 2011, 2013 e 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009
em milhares de Reais

Apresentamos abaixo os Títulos e Valores Mobiliários classificados por categoria:

FUNBEP I	31/12/2010	31/12/2009
Títulos para Negociação	3.122.487	967.038
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	-	1.658.763
Total	3.122.487	2.625.801

(1) Foram reclassificados títulos da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" na data de 31/12/2010 por ocasião da elaboração do balanço anual de 2010 da Entidade. A reclassificação visa o equilíbrio dos ativos e as obrigações do plano pela adoção de premissas atuariais mais conservadoras. O resultado realizado na reclassificação dos títulos corresponde a receita no montante de R\$ 230.117.

FUNBEP II	Valor de Mercado (1)				
	Vencimento			Total	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009
Títulos de Público	-	-	-	-	16
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	16
Fundo de Investimento	-	2.848	-	2.848	2.553
Letras Financeiras do Tesouro	-	322	-	322	77
Letras do Tesouro Nacional	-	2.444	-	2.444	2.476
Notas do Tesouro Nacional	-	82	-	82	-
Total	-	2.848	-	2.848	2.569

(1) Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor da cota do fundo na data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "Títulos para Negociação".

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

NOTA 7 - INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Descrição	2010	2009
Plano Funbep I		
Terrenos (1)	708	689
Uso Próprio	690	438
Custo	697	486
(-) Depreciação acumulada	(7)	(48)
Locadas a Patrocinadores	67.749	51.199
Custo	68.071	53.265
(-) Depreciação acumulada	(322)	(2.066)
Locadas a Terceiros (2)	29.860	14.311
Custo	27.873	12.845
(-) Depreciação acumulada	(134)	(515)
Aluguéis a Receber	2.121	1.981
Direito em Alienações	5.568	6.444
Total	104.575	73.081

(1) Em Janeiro/2010 - Venda do Imóvel RGI 701602 Balneário Golfinhos, s/n - Caraguatatuba/SP, sem resultado na venda, valor recebido o mesmo do custo do imóvel.

(2) Em Dezembro/2010 - Venda do Imóvel: RGI 503861 Av.Visc.de Guarapuava, 2433 - Curitiba/PR, cujo resultado foi receita de R\$ 79.

De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações no mês de Setembro/2010, com base na norma NBR° 14.653 – Partes 1 e 2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os laudos foram emitidos pelas Empresas: Avex Engenharia e Amaral D'Avila Engª de Avaliações.

Descrição	Posição Contábil - Agosto/2010	Valor de Reavaliação	Resultado
Terrenos	535	708	173
Uso Próprio	529	563	34
Locadas a Patrocinadores	50.665	74.513	23.848
Locadas a Terceiros	14.443	24.719	10.276
Total	66.172	100.503	34.331

NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

	2010	2009
Descrição	FUNBEP I	
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	2.952	287
(-) Depreciação	(2.934)	(262)
Total	18	25

NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2010		2009	
Descrição	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
Gestão Previdencial	7.691	-	7.691	5.530
Benefícios Pendentes (1)	3.534	-	3.534	3.289
Retenções sobre folha benefícios	2.137	-	2.137	2.238
Recursos Antecipados	3	-	3	3
Outras Exigibilidades (2)	2.017	-	2.017	-
Gestão Administrativa	895	2	897	589
Despesas a Pagar	886	2	888	354
Retenções a Recolher	9	-	9	-
Outras Exigibilidades	-	-	-	235
Investimentos	89	-	89	87
Investimentos Imobiliários	56	-	56	56
Prestações e IOF sobre Empréstimos	10	-	10	8
Relacionadas com Tributos	23	-	23	23
Total	8.675	2	8.677	6.206

(1) Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social;

(2) Refere-se substancialmente a valores a repassar referente a bloqueio judicial.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009
em milhares de Reais

NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Gestão Previdencial (1)	68.287	63.465
Processos de Ações Trabalhistas	94.167	93.841
(-) Depósitos Judiciais	(34.218)	(31.278)
Processos de Ações Cíveis (2)	9.038	1.682
(-) Depósitos Judiciais	(700)	(780)
Investimentos	3	96
Processos de Ações Tributárias (3) e (4)	341	125
(-) Depósitos Judiciais (4)	(338)	(29)
Total	68.290	63.561

(1) Contempla as provisões sobre as ações judiciais referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajuste de benefícios adotados nas patrocinadoras e questionamentos decorrentes de alterações do Estatuto em face de adaptação à legislação em vigor ou políticas salariais das patrocinadoras. A partir de 2008 as provisões passaram a contemplar o impacto esperado nas Reservas Matemáticas em função da eventual perda da ação, cujo saldo em 2010 é de R\$ 37.558;

Até Novembro de 2009, as provisões de processos trabalhistas sem trânsito em julgado eram constituídas com base no custo médio dos processos, apurado com base na média móvel dos pagamentos ocorridos sobre todos os processos encerrados nos últimos 12 meses e, para processos com depósito judicial, a provisão era constituída com base no valor do depósito.

A partir de Dezembro de 2009, por recomendação de nossos assessores legais e objetivando maior acurácia entre o valor provisionado e o risco existente, as ações trabalhistas com valor de risco superior a R\$ 500 passaram a ter provisão efetuada pelo valor do risco individual do processo. Como consequência, os processos encerrados nos últimos 12 meses com condenação superior a R\$ 500 foram excluídos da base de cálculo do custo médio citado no parágrafo anterior, utilizado para provisionamento das ações trabalhistas sem trânsito em julgado. As provisões para as ações com depósito judicial constituído, continuaram sendo constituídas pelo valor do depósito.

(2) O aumento ocorrido em 2010, refere-se a recurso impetrado pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) relativamente ao mandado de segurança do Funbep para recebimento dos valores aplicados no Banco Crefisul na quantia correspondente ao valor máximo que o FGC deve ressarcir aos aplicadores (R\$ 20.000,00) multiplicado pela quantidade de participantes. O Juiz julgou extinta a ação, reconhecendo a decadência do mandado de segurança. A apelação do Funbep, cuja probabilidade de sucesso era remota, foi improvida, mas ainda não transitou em julgado.

(3) Refere-se a processo movido para o não recolhimento de imposto de transmissão de bens intervivos (ITBI) na aquisição de imóveis. Probabilidade de perda foi considerada como possível por nossos assessores legais.

(4) Refere-se a ação que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios. Em Novembro/2009 foi concedida liminar que autoriza o recolhimento dos tributos judicialmente.

NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões de benefícios concedidos: correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder: correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2010 e 2009 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2010 / 2009	
	FUNBEP I	FUNBEP II
Taxa Real Anual de Juros (1)		5,5%
Projeção de Crescimento Real de Salários	Exp. FUNBEP	3%
Tábua de Mortalidade Geral (2)		AT-2000 (1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)		AT-2000 (1)
Tábua de Entrada em Invalidez		Light - Forte
Projeção de crescimento real do Benefício do INSS/Plano		0%
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários		0,98
Índice de Crescimento de Benefício	IGPM	INPC
Rotatividade	Experiência Itaú 2003/2004	
Método Atuarial	Agregado	

(1) Na avaliação atuarial de 31/12/2010, procedeu-se alteração das premissas Taxa Real Anual de Juros, de 6% para 5,5%, e Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos, de AT-83 para AT-2000, gerando um aumento nas provisões no montante de R\$ 248.303 e R\$ 71.840, respectivamente;

(2) Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

c) Evolução

Descrição	2010		2009	
	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
Benefícios Concedidos	2.790.345	49	2.790.394	2.335.055
Benefícios a Conceder	371.677	1.152	372.829	293.036
Contribuição Definida	-	-	-	-
Total	3.162.022	1.201	3.163.223	2.628.091

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009
em milhares de Reais

NOTA 12 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrados na conta de resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação nos exercícios foi a seguinte:

Descrição	2010	2009
Saldo Inicial Superávit/(Déficit)	42.129	(207.032)
Superávit/(Déficit) do Exercício (1)	(15.211)	249.161
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado (2)	26.918	42.129

(1) O Déficit de 2010 reflete o efeito do aumento das Provisões Matemáticas, no montante de R\$ 320.143, decorrente da alteração das premissas Taxa Real Anual de Juros de 6% para 5,5% e Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos, de AT-83 para AT-2000, conforme nota 11b, bem como o efeito da reclassificação dos títulos MTM, no montante de R\$ 228.176.

(2) Os administradores, conscientes de suas responsabilidades, tomaram iniciativas visando equacionar o déficit apresentado em exercícios anteriores de modo a não onerar participantes e patrocinadoras. Neste sentido, a gestão dos recursos garantidores das provisões matemáticas tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações dos planos, através da superação das metas atuariais. Em função deste objetivo o Funbep mantém em sua carteira de investimentos uma parcela expressiva de recursos composta de títulos de longo prazo, corrigidos por índices de preços (IGP-M ou IPCA) e taxas de juros em média de 5,51% a.a. Dada a expressiva valorização de mercado destes títulos, a administração decidiu por reclassificar os "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" em 31/12/2010, nos termos do Art. 6º da Resolução CGPC nº 04/2002, registrando-se a diferença entre o valor de custo atualizado e o valor de mercado, que resultou em receita no montante de R\$ 228.176.

Adicionalmente a administração vem promovendo a adoção de premissas atuariais mais conservadoras e alinhadas com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNPC.

Deve-se ressaltar no entanto que, desde 2002, ocorreram diversas ações promovidas por participantes e assistidos na esfera judicial, que se referem basicamente a revisão de benefícios em função das verbas salariais adotadas nas patrocinadoras e critérios/índices de reajuste de benefícios.

As decisões / acordos judiciais promovidos em função de tais ações, tiveram os seguintes reflexos:

- constituição de provisões para contingências do programa previdencial (vide nota 10);
- pagamentos de complementos de benefícios retroativos às épocas das reclamationes;
- incremento nos valores das suplementações futuras e, conseqüentemente, nas Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos (RMBC); e
- alteração do índice de reajuste das verbas que compõem o valor da suplementação, que anteriormente adotava o índice de reajuste definido na Convenção Coletiva dos Bancários do Paraná, para o INPC em 2003 e IGPM a partir de 2004, inclusive.

No quadro a seguir pode-se observar os reflexos dos fatos acima mencionados, bem como dos efeitos decorrentes das alterações das tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez nos cálculos das Reservas Matemáticas:

Descrição	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	2010	
	2005 (*)	2006	2007	2008	2009	Exercício	Acumulado
Efeito decorrente de ações judiciais							
(Constituição) / Reversão de Provisão para Contingências	(44.513)	(29.176)	9.269	(19.272)	33.971	(5.752)	(55.473)
Pagamento de Benefícios Retroativos	(53.568)	-	-	-	-	-	(53.568)
Incremento na RMBC pela Revisão de Benefícios	(55.143)	-	-	-	-	-	(55.143)
Efeito da Ação do IGPM na RMBC	(72.319)	-	-	-	-	-	(72.319)
Efeito na RM decorrente de Ações Trabalhistas	-	-	-	(25.784)	(8.010)	(3.764)	(37.558)
Sub-total	(225.543)	(29.176)	9.269	(45.056)	25.961	(9.516)	(274.061)
Efeito de Alteração das Premissas Atuariais	(93.435)	(70.753)	(101.950)	(7.450)	-	(320.143)	(593.731)
Total	(318.978)	(99.929)	(92.681)	(52.506)	25.961	(329.659)	(867.792)

(*) Contempla valores provisionados em exercícios anteriores no montante de R\$ 52.571.

No quadro a seguir pode-se observar a evolução do Superávit/ (Déficit) Técnico a partir do exercício de 2003:

Superávit / (Déficit) Técnico	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Do Período	(3.232)	50.830	174.673	(376.022)	249.161	(15.211)
Acumulado	(56.513)	(5.683)	168.990	(207.032)	42.129	26.918
Tábua de Mortalidade adotada	AT-49	AT-49	AT-49 (1)	AT-83 (2)	AT-83 (3)	AT-2000 (4)

(1) A partir do exercício de 2005, as tábuas utilizadas foram segregadas por sexo

(2) No exercício de 2006, foi adotada a tábua AT-83, agravada em 3 anos conforme Resolução CGPC nº 18/06.

(3) A partir de 2007 a tábua AT-83 foi utilizada integralmente, um antes do prazo admitido na Resolução CGPC nº 18/06.

(4) Em 2010, foi adotada a tábua AT-2000 de acordo com estudo técnico de aderência das premissas atuariais.

NOTA 13 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nas respectivas gestões, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial

Constituído pelo excedente da contribuição mensal do patrocinador Itaú Unibanco S/A, relativo ao Plano II (CD).

b) Fundo Administrativo

Constituído com base na diferença das receitas de contribuição em relação às despesas administrativas, acrescidas da rentabilidade obtida sobre o resultado dos investimentos no mês, proporcional à sua participação.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009
em milhares de Reais

c) Investimentos

Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2009	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2010
Fundo Previdencial	1.456	160	(9)	1.607
Plano Funbep II	1.456	160	(9)	1.607
Fundo Administrativo	5.244	780	(2.902)	3.122
Plano Funbep I	5.208	773	(2.902)	3.079
Plano Funbep II	36	7	-	43
Fundo Investimentos	19	3	-	22
Plano Funbep I	19	3	-	22
Total	6.719	943	(2.911)	4.751

NOTA 14 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das OTNs, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o IPC e sim a BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

O FUNBEP, através de ação coletiva promovida pela ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado em 31/12/2010 equivale a R\$ 34.048.

Tendo em vista que a decisão poderá ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringe-se ao laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço de 31/12/2010.

b) O FUNBEP, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens, a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman • Diretor Superintendente • CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo • Contador • CRC: 1SP 114.497/O-9 • CPF: 859.338.648-20

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2010, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

	Valores em R\$
Benefícios Concedidos	2.790.345.844,65
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
Benefício definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.790.345.844,65
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	2.104.837.093,99
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	685.508.750,66
Benefícios a Conceder	371.677.149,99
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	296.415.110,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	387.043.143,28
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(59.185.141,56)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(31.442.891,11)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	75.262.039,38
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	98.282.308,05
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.033.514,69)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(7.986.753,98)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(-) Serviço Passado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Déficit Equacionado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Assistidos	0,00
(+ / -) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
(+ / -) Patrocinador(es)	0,00
(+ / -) Participantes	0,00
(+ / -) Assistidos	0,00
Total da Provisões Matemáticas	3.162.022.994,64

Observamos, ainda, que:

Base de dados:

Os dados dos participantes e assistidos, posicionados em 31/10/2010, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da entidade, patrocinadora e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos do Plano é igual a 1.746, sendo 821 do sexo masculino e 925 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 47,74 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 8,06 anos.

O total de participantes aposentados, inclusive os 5 com benefícios suspensos, é de 4.346. O total de participantes em período de aguardo de benefício é de 207 e os grupos familiares recebendo benefício de pensão, inclusive 1 benefício suspenso, é igual a 654.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes aposentados apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 22,88 anos.

Plano de Benefícios:

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 14/04/1998 e o Regulamento em vigor é o aprovado pela Portaria nº 2.100, de 26/02/2008.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial, observando as recomendações contidas no expediente da diretoria da Entidade, FUNBEP/GEPRE 024-2000.

Avaliação Atuarial:

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Repartição Simples: Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral por falecimento de Participante;
- Capitalização (Método Agregado): Demais Benefícios.

Conforme recomendação dos Patrocinadores e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses atuariais:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a.;
- Indexador: INPC/IGP-M;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a. para os participantes autopatrocinados e Tabela FUNBEP para os demais participantes;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;
- Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo:
 - dos Salários: 0,98;
 - dos Benefícios da Entidade: 0,98;
 - dos Benefícios do INSS: Não Aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte.

Hipótese sobre Rotatividade

0% a.a. para os participantes autopatrocinados e Experiência ITAÚ 2003/2004, para os demais participantes, sendo que desses participantes, 56% deverão optar pelo Resgate e 44% pelo BPD;

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:

0% a.a.;

Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

Estrutura familiar informada para os assistidos e experiência ATUAS para os benefícios de pensão a conceder aos participantes ativos.

Foram adotadas as hipóteses indicadas pelo FUNBEP tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente.

As justificativas da escolha constam de documento específico.

Utilizamos ainda, a experiência ATUAS para determinação dos compromissos de Auxílio-Doença.

Foram mantidas as hipóteses, regimes financeiros e métodos utilizados no exercício anterior, à exceção de:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a., em substituição ao 6% a.a.;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (Segregada por sexo), em substituição à AT-83 (Segregada por sexo);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (Segregada por sexo), em substituição à AT-83 (Segregada por sexo).

Resolução CGPC nº 18/2006:

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 13 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 30/09/2009 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência FUNBEP.

	Ocorridos (*)	Estimados(**)
Ativos Falecidos	1	5
Ativos Invalidados	7	20
Aposentados Falecidos	46	45
Aposentados Inválidos Falecidos	8	2

(*) Fonte: FUNBEP;

(**) Bases Técnicas do exercício anterior.

Patrimônio Líquido:

Com base no Balanço do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, de 31/12/2010, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios FUNBEP I, conforme indicado a seguir:

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano.

	Valores em R\$
Ativo Bruto	3.269.006.661,26
Exigível Operacional	8.674.896,83
Exigível Contingencial	68.289.955,11
Fundos	3.101.162,07
Ativo Líquido dos Exigíveis	3.188.940.647,25

Situação do Plano:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2010.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência de, por exemplo:

- a) comportamento da evolução salarial;
- b) desligamento de participantes;
- c) rentabilidade incompatível com a esperada.

No fechamento do exercício, em 31/12/2010, o plano encontrava-se equilibrado.

Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 2011.

Carlos Renato Azevedo • MIBA nº 1375

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2010, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

	Valores em R\$
Benefícios Concedidos	48.556,94
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	48.556,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	48.556,94
Benefícios a Conceder	1.152.164,38
Contribuição Definida	1.081.029,76
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	540.514,88
Saldo de Contas - Parcela Participantes	540.514,88
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	71.134,62
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	112.713,34
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(20.789,36)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(20.789,36)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(-) Serviço Passado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Déficit Equacionado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Assistidos	0,00
(+ / -) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
(+ / -) Patrocinador(es)	0,00
(+ / -) Participantes	0,00
(+ / -) Assistidos	0,00
Total da Provisões Matemáticas	1.200.721,32

Observamos, ainda, que:

Base de dados:

Os dados dos participantes, posicionados em 31/10/2010, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da entidade, patrocinadora e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos do Plano é igual a 25, sendo 12 do sexo masculino e 13 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 42,60 anos.

O total de participantes assistidos é igual a 1, sendo 1 aposentadoria por invalidez. O total de participantes em período de aguardo de benefício é de 1. Não existem grupos familiares recebendo benefício de pensão.

Plano de Benefícios:

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 31/12/2000 e o Regulamento em vigor é o aprovado pela Portaria nº 2.125, de 12/03/2008.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

Avaliação Atuarial:

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de Capitalização (Crédito Unitário Projetado) para Invalidez, Pensões e Pecúlios por Morte e Capitalização (Financeiro) para Aposentadorias e Renda Mensal de Benefício Proporcional Diferido.

Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses e referenciais atuariais:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual e Juros: 5,5% a.a.;
- Indexador: INPC;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 3% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;
- Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo:
 - dos Salários: 1;
 - dos Benefícios da Entidade: 1;
 - dos Benefícios do INSS: Não Aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte.

Hipótese sobre Rotatividade

0% a.a. para os participantes autopatrocinados e Experiência ITAÚ 2003/2004, para os demais participantes.

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:

0% a.a.;

Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas: Experiência ATUAS.

Foram adotadas as hipóteses e referenciais indicados pelo FUNBEP, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente. As justificativas da escolha constam de documento específico.

Foram mantidas as hipóteses, os métodos atuariais e os regimes financeiros adotados no exercício anterior, à exceção de:

- Taxa real Anual de Juros: 5,5% a.a., em substituição ao 6% a.a.;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (Segregada por sexo), em substituição à AT-83 (Segregada por sexo);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (Segregada por sexo), em substituição à AT-83 (Segregada por sexo);

Resolução CGPC nº 18/2006:

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 13 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 30/09/2009 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência FUNBEP.

	Ocorridos (*)	Estimados(**)
Ativos Falecidos	-	-
Ativos Invalidados	-	-
Aposentados Falecidos	-	-
Aposentados Inválidos Falecidos	-	-

(*) Fonte: FUNBEP;

(**) Bases Técnicas do exercício anterior.

Patrimônio Líquido

Com base no Balanço do FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, de 31/12/2010, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios FUNBEP II conforme indicado a seguir:

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano.

	Valores em R\$
Ativo Bruto	2.852.000,27
Exigível Operacional	1.870,20
Exigível Contingencial	77,99
Fundos	1.649.330,76
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.200.721,32

Situação do Plano:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 02/2010.

O custo da parte do plano de benefícios concebida na modalidade de "Benefício Definido" poderá variar em função da não verificação das hipóteses, como por exemplo a evolução da massa de participantes, de sua distribuição etária e salarial e da rentabilidade alcançada na aplicação de recursos.

O custo relativo à parte do plano do tipo "Contribuição Definida" não deverá variar ao longo do tempo por causas externas.

Considerando o resultado obtido na Avaliação Atuarial, o Patrocinador está estudando a possibilidade da suspensão de suas contribuições. Caso esta possibilidade se concretize, esse valor corresponderá a R\$ 682.050,63.

Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 2011.

Carlos Renato Azevedo • MIBA nº 1375

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), e alterações posteriores.

Auditoria dos valores Correspondentes ao Exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de março de 2010, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 22 de março de 2011.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes • CRC 2SP000160/O-5 "F" PR
Paulo Sergio Miron • Contador • CRC 1SP173647/O-5 "S" PR

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2010, baseados nos pareceres da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal do FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO concluíram, por maioria, com voto contrário do Conselheiro Marçal Ussui Sobrinho, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP em 31.12.2010, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 22 de março de 2011.

Presidente • Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone

Conselheiros • Edilson José Gabriel

• Geraldo Luís Miguel Martins

• Marçal Ussui Sobrinho

Conselheiros Suplentes • Alberto Lacava

• Ricardo Pelosini Vigar

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2010, com base nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, deliberaram aprovar, com voto contrário do Conselheiro Ruy Fernando Metzger e com a ressalva apresentada pelo Conselheiro José Altair Monteiro Sampaio, os referidos documentos, que entendem refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP em 31.12.2010.

São Paulo (SP), 25 de março de 2011.

Presidente • Osvaldo do Nascimento

Conselheiros • Demosthenes Madureira de Pinho Neto

• José Altair Monteiro Sampaio

• Ruy Fernando Metzger

Conselheiros Suplentes • Gilberto Trazzi Canteras

• Maurício Ferreira De Souza

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2010, dos Planos administrados pelo FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a saber:

- Plano de Benefício Funbep I – Plano I
- Plano de Benefício Funbep II – Plano II

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2010:

Segmento	Resolução CMN nº 3792	Em R\$ mil			
		Dezembro/2010	%	Dezembro/2009	%
Renda Fixa	Até 100,00	2.722.225	83,93	2.235.346	82,21
Renda Variável	Até 70,00	403.114	12,43	393.024	14,45
Investimentos Estruturados (*)	Até 20,00	-		1.745	0,06
Investimentos no Exterior	Até 10,00	-		-	
Imóveis	Até 8,00	104.575	3,22	73.081	2,69
Operações com Participantes	Até 15,00	13.694	0,42	15.957	0,59
Total		3.243.608	100,00	2.719.154	100,00

(*) Constituída provisão para perda em 100% do investimento no Fundo Nova Morada

2. O total dos investimentos de cada plano de benefícios e sua composição por segmento no final do Exercício de 2010 era a seguinte:

Segmento	Em R\$ mil			
	Plano I	%	Plano II	%
Renda Fixa	2.719.376	83,91	2.848	100,00
Renda Variável	403.114	12,44	-	
Investimentos Estruturados	-	-	-	
Investimentos no Exterior	-	-	-	
Imóveis	104.575	3,23	-	
Operações com Participantes	13.694	0,42	-	
Total	3.240.760	100,00	2.848	100,00

3. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2010 do plano de benefícios em comparação com a taxa mínima atuarial dos referidos planos, no mesmo período de tempo:

Segmento	Rentabilidade Acumulada dos Planos de Benefícios (%)	
	Plano I	Plano II
Renda Fixa (*)	30,11	9,76
Renda Variável (*)	5,40	-
Investimentos Estruturados	-	-
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	44,29	-
Operações com Participantes	20,04	-
Recursos Totais	28,09	9,76
Taxa Mínima Atuarial (**)	18,00	12,85

(*) Na apuração da rentabilidade considera-se que os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nos respectivos segmentos.

(**) Plano I = IGPM + 6,00% a.a = 18,00% / Plano II = INPC + 6,00% a.a = 12,85%

4. Gestão dos Investimentos – Distribuição por Gestor

- 99,90% dos investimentos do FUNBEP são geridos pelo Itaú Unibanco, sendo que os recursos garantidores de cada plano são totalmente segregados em carteiras específicas.
- 0,10% dos investimentos representados pelo Fundo de Investimento Imobiliário Nova Morada são geridos pela C&D DTVM Ltda.

5. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2010:

a) Despesas na gestão dos investimentos:

Despesas	Em R\$ mil		
	Plano I	Plano II	Total
Taxa de Administração de Recursos	1.780	1	1.781
Taxa de Custódia / DNP / CETIP, SELIC	731	-	731
Consultoria Contábil	125	12	137
Outras	41	-	41
Total	2.677	13	2.689

b) Despesas administrativas previdenciais:

	Em R\$ mil		
	Plano I	Plano II	Total
Pessoal e Encargos	890	-	890
Treinamentos/Congressos e Seminários	19	-	19
Viagens e Estadias	107	-	107
Consultoria Atuarial	149	0,50	150
Consultoria Jurídica	274	-	274
Informática	18	-	18
Gestão e Planejamento Estratégico	588	2	590
Auditoria Contábil	63	0,50	63
Manutenção da Sede e Centro de Convivência	88	-	88
Gestão Administrativa	185	-	185
Tributos	155	-	155
Associações	123	-	123
TAFIC	160	-	160
Outros	410	-	410
Total	3.229	3	3.232

6. Responsável pela aplicação de recursos no exercício de 2010:

Nome: Gabriel Amado de Moura

7. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

8. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2010 dos planos:

- Plano de Benefícios Funbep I
- Plano de Benefícios Funbep II

1. Taxa Mínima Atuarial

Plamos de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Funbep I	IGPM	6%
Funbep II	INPC	6%

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo		
			Funbep I	FunbepII	PGA
Renda Fixa	43%	100%	84,70%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0%	35%	12,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	2,80%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,50%	0,00%	0,00%

4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

8. Participação em Assembléias de Acionistas

Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Por Capital Votante: 5%

Dos Recursos Garantidores: 4%

Por Capital Total: 10%

9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas**• Cenário Macroeconômico**

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

• Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.



Curitiba (PR)

Rua Marechal Deodoro, 869 – 17º andar
Centro – CEP 80060-010

www.funbep.com.br